

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Reform Agrária

Período de Análise: 01/04/2014 a 30/04/2014

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Yohanan Barros

Índice

Sem-terra invadem usina no Pontal do Paranapanema. José Maria Tomazela – O Estado de São Paulo, Política. 05/04/2014	3
A mudança necessária. Denis Lerrer Rosenfield – O Estado de São Paulo, Opinião. 07/04/2014	3
Governo Federal transfere 1,4 milhão de hectares de terras para Mato Grosso – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 10/04/2014	5
STF absolve senador de MT de acusação. AyrAliski – O Estado de São Paulo, Política. 10/04/2014.....	7
MST ocupa prédio do Incra no centro de SP. Adriana Nery – O Estado de São Paulo, Política. 10/04/2014.....	7
Cinco propriedades são ocupadas pelo MST no RS. Elder Ogliari – O Estado de São Paulo, Política. 29/04/2014.....	8
Incra debaterá impacto de usina sobre assentamentos. AyrAliski – O Estado de São Paulo, Política. 29/04/2014.....	8
Em jornada nacional, Sem Terra ocupam dezenas de latifúndios e prédios públicos – Site do MST. 30/04/2014	9

Sem-terra invadem usina no Pontal do Paranapanema. José Maria Tomazela – O Estado de São Paulo, Política. 05/04/2014

Cerca de 400 integrantes do MST da Base, dissidência do Movimento dos Sem-Terra (MST), invadiram na madrugada deste sábado, 5, uma área da Usina Cocal, produtora de açúcar, etanol e energia, no município de João Ramalho, no Pontal do Paranapanema, extremo oeste do Estado de São Paulo. Entre os invasores, havia também integrantes de outros movimentos e sindicatos rurais ligados à Frente Nacional de Lutas, articulada por José Rainha Júnior, antiga liderança dos sem-terra. O grupo cortou a cerca e acampou numa área com plantação de cana-de-açúcar.

De acordo com o líder Luciano de Lima, há indícios de que as terras são devolutas e foram ocupadas irregularmente pela usina. "Queremos que os títulos da propriedade sejam investigados." Em razão do fim de semana, diretores da Cocal não estavam na empresa e não foram localizados. Funcionários informaram que a Polícia Militar foi comunicada da invasão e compareceu ao local. Assim que a ocorrência for registrada pela Polícia Civil, a empresa deve entrar com pedido de reintegração de posse. Entre o fim de fevereiro e o início de março, a Frente Nacional de Lutas promoveu o "Carnaval vermelho" na região, invadindo 38 propriedades rurais. Todas foram desocupadas por ordem judicial.

Desde o início de março, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) e a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp) desenvolvem um convênio assinado entre o Governo de São Paulo e a União para arrecadar áreas para novos assentamentos no Pontal. O Itesp propõe acordo aos possuidores de terras que já julgadas devolutas e o Incra libera recursos para o pagamento das benfeitorias, caso a proposta seja aceita.

A mudança necessária. Denis Lerrer Rosenfield – O Estado de São Paulo, Opinião. 07/04/2014

Se o Brasil não se cansa de nos surpreender com más notícias, não é essa a razão de tampouco sublinharmos o que nele acontece de melhor. Durante anos o Incra foi considerado como uma espécie de patinho feio da administração federal por posições ideológicas que o afastavam da realidade. Hoje intervém uma mudança necessária, em que o setor agrário do governo passa a pautar-se por questões de ordem técnica. Não é pequena a transformação. Ganha o País e ganhamos todos nós.

O Incra está atualmente assumindo a posição que lhe compete de órgão incumbido da gestão territorial do País. Não há país moderno e desenvolvido que careça de tal política. E isso no contexto de sermos, hoje, um dos maiores produtores de alimentos do mundo, detentores de invejável biodiversidade. Nesse sentido, acordo para levar a cabo tal projeto já foi assinado com a Embrapa Gestão Territorial, visando à qualificação da governança fundiária.

A modernização segue célere o seu curso. Já há 100 milhões de hectares georreferenciados no País, com uma precisão de 50 centímetros. A base de dados é totalmente digital, de modo que as inseguranças jurídica e cartorial características do passado começam a ser, mesmo, coisa do passado. Esse era um grande nó do setor rural.

Imaginem a segurança de uma transação comercial ou do direito de propriedade quando os intervenientes não precisarão mais preocupar-se com a sobreposição de títulos de propriedade - os chamados "andares" de registros, que continuam a existir nas áreas ainda não georreferenciadas. Grilagem, por exemplo, também passará a ser equacionada. Fraudes serão evitadas. O ganho é enorme.

A conquista de autonomia de um produtor rural merece ser igualmente destacada, pois os seus trâmites burocráticos são sensivelmente reduzidos. Agora, com o sistema digital estabelecido, esse produtor faz ele mesmo o seu processo de cadastramento, que é, posteriormente, certificado eletronicamente pelo Incra.

Terminou o balcão das idas e vindas de documentos, com perda inestimável de tempo. Sua resposta é online, com eventuais erros sendo apontados, assim como formas de correção. Havia aqui um calvário administrativo que começa a ser definitivamente superado. Trata-se de uma medida de desburocratização.

Para se ter uma ideia da modernização em curso, em apenas 90 dias de 2014 foram certificados mais de 10 milhões de hectares, o que corresponde a mais que a média anual dos anos anteriores. Doravante tudo será virtual no Cadastro Rural. A declaração de propriedade será totalmente digitalizada, via formulários eletrônicos. O proprietário poderá até fazer a atualização do seu cadastro pela internet. Isso muda completamente a vida do empreendedor rural.

Do ponto de vista do País, ele passará a contar com um poderoso instrumento de controle do território, sendo este um elemento essencial da soberania nacional. Passaremos a saber quem ocupa o território e qual a dimensão das terras ocupadas, bem como sua função produtiva central, sem nenhum viés ideológico. Qualquer país avançado tem esse tipo de sistema nacional de gerenciamento do seu território.

Da mesma maneira, haverá acesso digital a uma base de dados que nos permitirá ver com precisão as áreas de Floresta Amazônica, pastagens, áreas protegidas, culturas anuais, culturas permanentes, cidades, rios, lagos, estradas, florestas plantadas e outras, assim como, mais especificamente, territórios indígenas, quilombolas e áreas de preservação ambiental. Monta-se, portanto, todo um sistema de inteligência territorial estratégica.

A reforma agrária ganha também novo enfoque, mais voltado para a qualificação dos assentamentos. Não se trata apenas de responder à demanda pela demanda, como se desapropriações e compras de terras resolvessem os problemas. Não há mágica. Já são sobremaneira conhecidos os assentamentos que se tornaram favelas rurais, o que chegou a ser reconhecido pela presidente da República.

A abordagem deve ser outra, o que, por si só, representa um enorme avanço. Os assentamentos devem ser qualificados em áreas que garantam a sua sustentabilidade. Assentados deveriam, no imediato, tornar-se agricultores familiares ou pequenos produtores rurais, emancipados, com seus respectivos títulos de propriedade. Cidadãos autônomos no pleno domínio de suas responsabilidades. Não podem ficar indefinidamente tutelados, confinados a uma política de tipo assistencialista.

Para que esse objetivo possa ser alcançado é da máxima necessidade que tais assentamentos sejam providos de condições técnicas, logísticas e creditícias favoráveis, sem o que sua qualificação não poderá ser atingida. Aos assentados da reforma agrária devem ser fornecidas condições para que possam gerar renda por si mesmos, consoante com os mecanismos de uma economia de mercado.

O Brasil precisa ter um olhar de conjunto do seu território. Se há demandas por terras no sul, isso não significa que elas não possam ser atendidas em outras partes do País, onde há terras disponíveis. O diálogo tem de ser estabelecido, sem o qual há o risco de uma mera recaída em disputas ideológicas, que em nada avançam.

A discussão - que frequentemente vem à tona - relativa ao número de assentamentos realizados pelo governo Dilma, como sendo inferior ao do governo anterior, por exemplo, termina desvirtuando a atenção do que é realmente relevante. A saber: não a mera quantidade, mas, sim, a qualificação daquilo que está sendo feito.

Tal política acaba incluindo, para que um novo ponto de partida possa ser estabelecido, a renegociação das dívidas dos assentados, para poderem eles se colocar na posição de novos agricultores. Isso significa renegociar as dívidas de 12 mil famílias. Tornam-se, nesse sentido, novos agentes ativos.

Sem viabilidade econômica não há como os assentamentos vingarem. Uma gestão moderna do território deve, necessariamente, levar esse aspecto fundamental em consideração.

Governo Federal transfere 1,4 milhão de hectares de terras para Mato Grosso – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 10/04/2014

O Governo Federal firma nesta segunda-feira (14), em Mato Grosso, a assinatura do termo de doação das glebas Maiká e Cristalino/Divisa para o estado. A cessão das terras será formalizada pelo ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA), Miguel Rossetto.

Com isso, a gestão das duas áreas passa da União para o estado. A ação garante maior segurança jurídica para os moradores da região. A gleba Maiká possui 1,097 milhão de hectares e está localizada nos municípios de Marcelândia, Matupá, União do Sul e Nova Santa Helena. Já a gleba Cristalino/Divisa tem 366 mil hectares e engloba os municípios de Alta Floresta (MT) e Novo Mundo (MT).

As áreas foram durante muitos anos objeto de uma disputa judicial entre a União e o estado de Mato Grosso. Em razão desta disputa, não era possível realizar qualquer ação de regularização fundiária na área. Causando assim um enorme prejuízo ao desenvolvimento da região, criando um quadro de insegurança jurídica e gerando conflitos ambientais e por divisas.

PAC

Na solenidade, o ministro também entrega a municípios mato-grossenses 63 caminhões-caçamba, por meio da segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2). Cada município receberá um caminhão. O investimento feito pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), executor da ação, é superior a R\$ 15 milhões. A iniciativa vai favorecer mais de 280 mil camponeses, sendo quase 47 mil famílias de agricultores.

Segundo o delegado do MDA em Mato Grosso, Nelson Borges de Barros, a malha viária a ser melhorada é muito grande e o equipamento doado será fundamental para o serviço a ser prestado. “Dos 63 municípios, 20 estão em estado de emergência por causa do excesso de chuva. Muitas estradas estão impossibilitadas de trânsito, então o caminhão chega para melhorar o tráfego desses municípios”, avalia o delegado.

Nelson lembra que todos os 132 municípios aptos já iniciaram os trabalhos com o recebimento de uma retroescavadeira e outros 97 incrementaram o serviço com a motoniveladora. “O caminhão vai apoiar o serviço iniciado pelos outros dois equipamentos já entregues. A expectativa é que os equipamentos restantes sejam doados, até o fim deste semestre”, observa.

Associação

Localizada em Juína (MT), a noroeste do estado, a Associação Rural Juinense Organizada Para Ajuda Mútua (Ajopam) produz anualmente 14 toneladas de mel e 200 mil hastes de palmito de pupunha, anualmente. O transporte dos produtos das propriedades rurais dos 140 associados para a cooperativa, porém, dificulta a venda, já que as estradas em mal estado de conservação quebram as embalagens.

O panorama, entretanto, vai mudar nesta segunda-feira. O município de Juína é um dos beneficiados com a entrega dos caminhões-caçamba. O maquinário, destinado à reestruturação e manutenção das estradas vicinais – que ligam o campo à cidade – serão doados aos prefeitos dos municípios selecionados, em solenidade realizada em Cuiabá.

“É benéfico não só para a Ajopam, mas para todas as cooperativas que representam a agricultura familiar no noroeste de Mato Grosso. Estão dando mais importância para a agricultura familiar e é desse reconhecimento que precisamos para produzir mais e melhor”, afirma o coordenador técnico da Associação de Juína, Ildanir de Freitas.

O mel e o palmito, produzidos pela Ajopam, são comercializados em todo o território mato-grossense. Mercados e feiras municipais e estaduais adquirem os produtos e os

repassam para os consumidores finais. “Toda a infraestrutura que chega é bem-vinda. Melhorar o transporte do produto resulta em mais lucro para os agricultores familiares. Assim, as embalagens não quebram e o gasto com frete diminui”, garante Ildanir.

STF absolve senador de MT de acusação. AyrAliski – O Estado de São Paulo, Política. 10/04/2014

O senador Jayme Campos (DEM-MT) foi absolvido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) da acusação de uso de documento falso, por ausência de provas. A decisão foi tomada, por unanimidade, na sessão plenária desta quinta-feira.

O senador havia sido denunciado pelo Ministério Público Federal (MPF) de ter supostamente autorizado o uso de documento falso dando conta de que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) teria certificado que uma área de terra objeto de permuta consistiria em gleba não pertencente à União. O fato teria ocorrido entre novembro e dezembro de 1994, quando Campos exercia o cargo de governador de Mato Grosso.

O STF explica que o próprio MPF pediu absolvição de Campos, por ausência de provas. Segundo o relator do processo, ministro Roberto Barroso, todo o processo teria sido baseado em um único depoimento prestado numa Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instaurada na Assembleia Legislativa do Estado. Segundo esse depoimento, Campos teria determinado ao diretor de administração da Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso que deferisse um pleito de permuta de terras baseado em uma certidão falsa.

O ministro relator disse que a materialidade da falsidade ficou provada em exame grafotécnico, mas não ficou provado que a ordem de usá-lo tivesse partido do então governador. Segundo Barroso, ficou provado, sim, o envolvimento de servidores de diversos órgãos da administração estadual nas fraudes. Por fim, segundo o relator, as testemunhas de acusação não confirmaram a denúncia contra Campos. Diante disso, o ministro julgou improcedente a denúncia.

MST ocupa prédio do Incra no centro de SP. Adriana Nery – O Estado de São Paulo, Política. 10/04/2014

Integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ocupam desde o início da manhã desta quarta-feira, 9, a sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), localizado na Rua Brasília Machado, número 203, no bairro de Santa Cecília, região central de São Paulo.

As reivindicações vão desde a infraestrutura básica nos assentamentos de maneira geral, a renegociação das dívidas dos assentados, a liberação de profissionais que realizem

vistorias em áreas já consideradas improdutivas e a implementação de pequenas agroindústrias que beneficiem as produções dos assentados e assentadas.

Nesta quinta, 10, os funcionários foram impedidos de entrar no local e os serviços suspensos.

Segundo a direção do Incra em São Paulo, com o avanço das negociações, os manifestantes podem desocupar o prédio no final da tarde de hoje.

Cinco propriedades são ocupadas pelo MST no RS. Elder Ogliari – O Estado de São Paulo, Política. 29/04/2014

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) ocupou cinco áreas rurais no Rio Grande do Sul nesta terça-feira, 29, em ações vinculadas à Jornada Nacional de Lutas pela Reforma Agrária, que relembra os 21 trabalhadores rurais assassinados no massacre de Eldorado do Carajás (PA), em 1996. Neste ano as ações estão concentradas no período de 28 de abril a 10 de maio.

Os sem-terra ocuparam as fazendas Galapeia, em Capão do Leão; e Palma, em Pelotas, na zona sul do Estado. No noroeste, entraram e montaram acampamento em áreas conhecidas como Cabral, em Catuípe; da antiga Varig, em Cruz Alta; e Dall'Agnol, em Passo Fundo.

Reunidos em grupos de dezenas e, em alguns casos, centenas de pessoas, os sem-terra entraram nas propriedades rurais ao amanhecer e passaram o dia montando acampamentos. Não houve conflitos. "O objetivo é recolocar a reforma agrária na pauta do governo federal", afirmou um porta-voz do movimento, Cedenir de Oliveira.

Ao longo do dia, o MST também participou, junto com entidades como a Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Fetraf) e Movimentos dos Pequenos Agricultores (MPA) e dos Atingidos por Barragens (MAB), de mobilizações para pressionar o governo federal a retomar a liberação de recursos para a construção de habitações rurais. Houve ocupação do pátio de agências da Caixa Econômica Federal em Caxias do Sul, Santa Maria, Passo Fundo, Pelotas e Três Passos. Em Cruz Alta, uma rodovia foi bloqueada temporariamente no final da manhã.

Incra debaterá impacto de usina sobre assentamentos. AyrAliski – O Estado de São Paulo, Política. 29/04/2014

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) determinou a criação de um grupo de trabalho para analisar os impactos da construção da usina hidrelétrica de Santo Antônio, em Rondônia, sobre os projetos de assentamento Joana D'Arc I, II e III. A ideia é discutir tais impactos, propor soluções e "encaminhá-las junto a seus

respectivos órgãos e entidades". A determinação está presente na portaria 231 do Incra, publicada no Diário Oficial da União desta terça-feira, 29.

Na decisão, o Incra lembra do "estado de calamidade pública em decorrência das cheias do Rio Madeira e seus afluentes que afeta todo o Estado de Rondônia". O grupo de trabalho envolverá, além de pessoal do Incra, representantes do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Santo Antônio Energia, Secretaria de Desenvolvimento Ambiental do Estado de Rondônia (Sedam), Universidade Federal de Rondônia (Unir), Embrapa Rondônia e Federação dos Trabalhadores na Agricultura.

Os órgãos e entidades deverão indicar ao Incra seus representantes dentro de dez dias. O grupo técnico de trabalho deve ser instalado no prazo de 15 dias, contando a partir de hoje. O prazo para realização dos trabalhos é de 120 dias. Rondônia tem enfrentado problemas com as chuvas e a cheia do Rio Madeira. Em 15 de março, inclusive, a presidente Dilma Rousseff esteve no Estado, verificando as áreas atingidas pelas cheias dos rios da região.

Em jornada nacional, Sem Terra ocupam dezenas de latifúndios e prédios públicos – Site do MST. 30/04/2014

Milhares de Sem Terra já deram início a Jornada Nacional de Lutas pela Reforma Agrária deste ano, que concentra a maior parte das suas ações entre os dias 28 de abril a 10 de maio.

Em 17 estados, os Sem Terra já realizaram 25 ocupações de terra, 17 prédios públicos também foram ocupados, além de trancamento de rodovias, acampamentos e marchas pelas cidades.

Neste ano, duas datas importantes da história da luta pela terra no Brasil serão lembradas: os 18 anos do Massacre de Eldorado dos Carajás, quando 21 Sem Terra foram brutalmente assassinados pela Polícia Militar, no município de Eldorado dos Carajás (PA), em 1996, e os 50 anos do golpe militar.

Durante as mobilizações, os Sem Terra denunciam a estagnação da Reforma Agrária nos últimos três anos, exigindo um plano emergencial do governo federal para o assentamento das mais de 100 mil famílias acampadas, a paralisação do Programa Nacional de Habitação Rural, a reivindicação de um novo crédito para a agricultura familiar, a ampliação e fortalecimento de programas de compra de alimento direto dos assentados (PAA e Pnae), a retirada do tema da titulação dos assentados da MP 636 e medidas que garantam educação nos assentamentos.

Em paralelo as mobilizações, mais de 45 universidades públicas também se somam à luta dos Sem Terra e promovem a Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária, realizada ao longo de todo o mês de abril.

MS

A sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, amanheceu ocupada pelos movimentos sociais do campo nesta segunda-feira (5), como parte das atividades da Jornada Nacional de Luta pela Reforma Agrária.

Além do Incra, os Sem Terra também ocuparam o Banco do Brasil, em Aquidauana, e trancaram as rodovias 163 (Itaquirai) e 267 (Nova Andradina). Os movimentos exigem a criação de mais assentamentos, maior agilidade do poder judiciário para liberar a desapropriação de terras, infraestrutura para os assentamentos, mais créditos, construções de casas, entre outros assuntos.

RN

Na manhã desta segunda-feira (5), cerca de 500 pessoas do MST trancaram a rodovia BR 304, que liga a cidade de Natal a Mossoró, no Rio Grande do Norte. Os Sem Terra denunciam o descaso da Reforma Agrária no estado, o sucateamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e a consequente falta de celeridade nas desapropriações de terras.

CE

Milhares de trabalhadores rurais Sem Terra realizam diversas ações, nesta segunda-feira (5), no estado do Ceará. Em Limoeiro do Norte, cerca de 1000 trabalhadores de diversos movimentos sociais ocuparam o perímetro irrigado na chapada do Apodi. Segundo os movimentos sociais, dos 10 mil hectares do projeto de irrigação, quatro mil estão invadidos e grilados por empresas nacionais e transnacionais do agronegócio. As organizações exigem a retomada dessas áreas pelas famílias camponesas.

Já no município de Ibaretama, 400 famílias ligadas ao MST fecharam a rodovia CE-060, conhecida como rodovia do algodão. Os manifestantes repudiam a ação cometida por jagunços na última sexta-feira (2), quando três Sem Terra foram feridos. Desde o dia 22 de abril, 237 famílias do MST acampam em frente à Fazenda Bonito, e reivindicam a desapropriação desta e outras áreas, além da construção de 200 casas para os assentados.

Na mesma data, famílias organizadas pelo MST junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Quixeramobim (CE) também ocuparam a Fazenda Boa Vista. Outras 100 famílias ocuparam a fazenda Viana, no município de Itarema.

SP

Cerca de 450 famílias do MST reocuparam na manhã desta quinta-feira (1) a Fazenda Martinópolis, no município de Serrana, interior do estado de São Paulo. É a 11ª vez que os Sem Terra ocupam a fazenda. O último despejo da área aconteceu no começo do mês de abril. Na ocasião, o arcebispo da Arquidiocese de Ribeirão Preto, Dom Moacir Silva, visitou as famílias e declarou apoio à luta.

TO

Mais de 150 famílias do MST, do acampamento Carlos Marighela, ocuparam a Fazenda Novo Mundo, no município de Araguatins (TO), nesta quinta-feira (1). Segundo os Sem Terra, a área pertencente à família de Pedro Vilarino é improdutiva e está abandonada. A ação dos trabalhadores Sem Terra é uma resposta à morosidade do Incra, que, segundo eles, há seis meses o órgão federal já deveria ter iniciado o processo de desapropriação da área para o assentamento das famílias.

MA

Em em São Luis do Maranhão, cerca de 300 trabalhadores rurais organizados pelo MST ocuparam, na manhã desta quarta-feira (30), a sede regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Os Sem Terra cobram desapropriações de novas áreas para a Reforma Agrária e melhores infraestrutura nos assentamentos, como estradas, escolas, energia e água. Outra pauta prioritária das famílias é a liberação de recursos para a continuidade de cursos do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea). No Maranhão, dois cursos de pedagogia estão praticamente parados, enquanto o curso de agronomia ainda não tem recurso para seu início.

BA

Desde a última terça-feira (29), cerca de 400 famílias do oeste, norte e nordeste da Bahia ocupam o Projeto de irrigação do Baixo de Irecê, no município de Xique-Xique, próximo a comunidade Boa Vista. A ocupação visa garantir que os pequenos agricultores e Sem Terra que residem ao redor do empreendimento tenham acesso à terra e a água, concentrados nos canais da empresa.

MG

Cerca de 700 trabalhadores rurais Sem Terra ocuparam na manhã desta quarta-feira (30) a sede do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), em Belo Horizonte. Os manifestantes reclamam do descaso do governo federal com a pauta da Reforma Agrária.

Desde segunda-feira (28), cerca de 400 trabalhadores e trabalhadoras rurais do MST mantinham as praças de pedágio da rodovia Fernão Dias (BR 381), na altura do município de Santo Antônio do Amparo, abertas. Após 24h, os Sem Terra decidiram seguir para a capital mineira, onde cobrarão do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) os compromissos assumidos que garantiram o encerramento da manifestação.

PE

Cerca de 1500 Sem Terra já realizaram 10 ocupações de terras e Engenhos falidos em todo o estado de Pernambuco. Na manhã desta terça-feira (29), mais de 60 famílias ocuparam a Fazenda Paus Preto, em Floresta. Na segunda-feira (28), em Vitória de Santo Antão, 220 famílias ocuparam o Engenho São Francisco, uma área da Usina Serra Grande.

Além dessas áreas, também foi ocupado o Engenho Curupatí, da Usina Bulhões, em São Lourenço da Mata, o Engenho Moreno e uma antiga fábrica de roupas abandonada, em Moreno, o Engenho Cachoeira Cajóca, da Usina Nossa Senhora do Carmo, em Pombos, o Engenho Arranca e Almécega, na região Mata sul do estado, o Engenho Belo Horizonte, no município de Goiana e a Fazenda Papagaio, em Petrolândia.

Em Pernambuco, há acampamentos que existem há mais de 14 anos, sendo que nos últimos três anos não houve nenhuma desapropriação de terra.

Na terça-feira do dia 15/04, o MST também realizou uma grande marcha pelas ruas de Recife, para relembrar o Massacre de Eldorado dos Carajás.

RS

Nesta terça-feira (28), no Rio Grande do Sul, cerca de 800 famílias do MST e do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB) ocuparam cinco fazendas, enquanto mais de 2 mil trabalhadores e trabalhadoras do MST, Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf) ocuparam quatro agências da Caixa Econômica Federal.

Foram ocupadas fazendas nos seguinte municípios: Em Capão do Leão, a fazenda Galapéia, de 3 mil hectares, com 150 famílias; em Pelotas, a fazenda da Palma na Colônia Z3, de 2 mil hectares, com 150 famílias; em Catuípe, a fazenda da Família Cabral, com 863 hectares, por 80 famílias; em Cruz Alta uma área de 104 hectares que pertenceria à Varig, com cerca de 100 famílias e em Passo Fundo, uma fazenda do advogado Maurício Dal Agnol, foragido da Justiça brasileira, de 300 hectares, por 150 famílias do MST e MAB.

As ocupações das agências da Caixa Econômica Federal foram realizadas nos municípios de Pelotas, Três Passos, Santa Maria e Passo Fundo, nas regiões Centro, Sul, Norte e Noroeste.

Os trabalhadores Sem Terra exigem a liberação de recursos do Programa Minha Casa Minha Vida para o meio rural. Segundo os Sem Terra, somente a demanda de habitação dos assentamentos do MST no RS é de 1.300 projetos para a construção de novas casas.

Nesta segunda-feira (28), em Pelotas, cerca de 400 pessoas do MST, movimento sindical, moradores das vilas Correntes, Posto Branco, Turusul e Capão do Leão e o movimento estudantil de Pelotas e região ocuparam o prédio do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) e Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) para discutirem o fim do pedágio no município com o término da concessão.

AL

Duas agências da Caixa Econômica Federal foram ocupadas pelos Sem Terra nesta terça-feira (29) em defesa do fortalecimento da política de habitação rural: as de Atalaia e de Piranhas. Na tarde desta terça, o Movimento também se reúne com o Governador Teotônio Vilela Filho, no Palácio República dos Palmares.

No dia 14/04, cerca de 800 trabalhadores do MST bloquearam o acesso ao canteiro de obras do Canal do Sertão de Alagoas, no município de Inhapi. No mesmo dia, também foi ocupado o Departamento de Estradas e Rodagens (DER-AL) e as prefeituras de Olho D'Água do Casado, Pão de Açúcar e Flexeiras.

Em Maceió, foi erguido um acampamento com cerca de 1000 Sem Terra no começo das mobilizações em Alagoas, onde realizaram uma série de negociações com o poder público sobre as pautas dos Sem Terra no estado.

PB

Os Sem Terra da Paraíba realizaram duas ocupações de terra na manhã desta terça-feira (29). Duzentas famílias ocuparam o perímetro irrigado das Vazias de Souza, no município de Souza. Trata-se de um projeto do governo do estado que estava para ser licitada. Outras 50 famílias ocuparam uma fazenda de 740 hectares na cidade de Olho D'Água.

PR

Cerca de 600 militantes do MST ocuparam, nesta terça-feira (29), a Superintendência Regional da Caixa Econômica Federal, no centro de Curitiba. Os Sem Terra cobraram do governo federal a liberação de recursos para a construção de 1.456 casas nos novos assentamentos, e a reforma de outras 16.963 casas nos assentamentos mais antigos do Paraná. Pela manhã, os trabalhadores rurais participaram de um ato em apoio a greve dos professores e funcionários da rede estadual de ensino público.

SC

Nesta terça-feira (29), cerca de 800 militantes da Via Campesina marcharam rumo à Caixa Econômica Federal, no município de Chapecó (SC). Os manifestantes pedem ao governo federal maior agilidade e atualização do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR).

No último dia 9/04, os Sem Terra de Santa Catarina se juntaram à marcha das centrais sindicais, em Florianópolis, e se somaram aos cerca de 2000 trabalhadores em luta na capital catarinense. A mobilização fez parte da 5ª marcha dos catarinenses. Ao chegarem no poder Judiciário, os manifestantes realizaram uma mística deixando diversas cruzes para simbolizar o Massacre de Eldorado dos Carajás.

SE

Cerca de 200 trabalhadores e trabalhadoras assentadas da região se mobilizaram no município de Tobias Barreto, nesta segunda-feira, ao cobrarem dos bancos maior agilidade na liberação dos projetos de investimento.

Segundo os Sem Terra, são centenas de projetos já elaborados pela assistência técnica, mas travados por causa da burocracia das instituições, principalmente do Banco do Nordeste.

No domingo (27), cerca de 90 famílias do MST ocuparam a Fazenda São Raimundo, no Povoado Rio Fundo do Abais.

DF

No dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária (17 de abril), cerca de 500 trabalhadores e trabalhadoras do MST do Distrito Federal e Entorno bloquearam trechos das rodovias BR 020 (Belém-Brasília), entre os municípios Planaltina (DF) e Formosa (GO), na altura do quilômetro 43, e a BR 070, sentido Aguas Lindas de Goiás.

PA

Entre os dias 10 a 17 de abril, os jovens do MST realizaram o Acampamento Pedagógico da Juventude Camponesa “Oziel Alves Pereira”, na curva do “S”, em Eldorado dos Carajás (PA). O evento incluiu uma série de atividades culturais, como filmes, oficinas de dança, agitação e propaganda, teatro e percussão. Todas as tardes, exatamente às 17h, horário do genocídio contra os trabalhadores rurais Sem Terra, era realizado um ato na BR 155, palco do massacre.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo,
Georges Flexor, Jorge Romano, Karina Kato,
Lauro Mattei, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado,
Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

Assistentes de Pesquisa

José Renato S. Porto, Valdemar João Wesz Junior

Secretária
Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa